

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

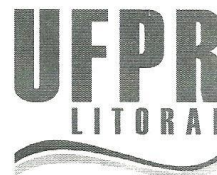
**DIAIME ELIZANDRA HACKER DA ROCHA**

**RUMO À VIDA NAS RUAS:  
TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE “MORADORES DE RUA” EM GUARATUBA/PR**

**MATINHOS 201**



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
UFPR Litoral  
Curso de Especialização em Questão Social  
pela Perspectiva Interdisciplinar



## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **EDILANE BERTELLI**, realizaram em 24/11/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **DIAIME ELIZANDRA HACKER DA ROCHA**, sob o título "*Rumo à vida nas ruas: Trajetórias sociais de moradores de rua em Guaratuba/PR.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 24 de novembro de 2012.

Profª. Dra. Edilane Bertelli

Profª. MSc. Silvana Marta Tumelero

Prof. MSc. Antonio Sandro Schuartz

DIAIME ELIZANDRA HACKER DA

ROCHA

Estudante

Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS AFOUNTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.

**DIAIME ELIZANDRA HACKER DA ROCHA**

**RUMO À VIDA NAS RUAS:  
TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE “MORADORES DE RUA” EM GUARATUBA/PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Curso de Especialização em Questão  
Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor  
Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Edilane Bertelli

**RUMO À VIDA NAS RUAS:  
TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE “MORADORES DE RUA” EM GUARATUBA/PR**

DIAIME ELIZANDRA HACKER DA ROCHA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo se propõe a problematizar aspectos da realidade social relacionada às pessoas em situação de rua, particularizando para o contexto do município de Guaratuba/PR e a partir da narrativa das trajetórias de vida de sete homens nessas condições. Traz à tona uma caracterização socioeconômica, quantitativa, dessa parte da população brasileira através de pesquisas oficiais e estudos científicos publicados nas últimas décadas. A partir de interpretações construídas na área das ciências sociais e sociais aplicadas, aborda algumas concepções construídas para definir e categorizar essas pessoas, e, não menos, orientar a definição ou não de políticas sociais. Descreve e “contemporiza” esses aspectos e os modos de viver cotidiano, partindo das narrativas dos interlocutores da pesquisa realizada com “moradores de rua” em Guaratuba e de estudos publicados, bem como interfaces com alguns direitos de cidadania dessas pessoas na sociedade brasileira atual.

**Palavras-chave:** Moradores de rua; Trajetórias de vida; Direitos sociais.

**Abstract:** This paper aims to discuss aspects of social reality related to people on the streets, particularizing to the context of city of Guaratuba / PR and from the narrative of the life trajectories of seven men in these conditions. Raises a socioeconomic characterization, quantitative, that part of the population through research officers and scientific studies published in recent decades. From interpretations built in the area of social sciences and applied social discusses some conceptions built to define and categorize these people, and, not least, guide the definition or not social policy. Describes and "contemporizes" these aspects and modes of everyday living, from the narrative of the interlocutors the survey of "homeless" in Guaratuba and studies published as well as interfaces with some of these people citizenship rights in Brazilian society today.

**Key Words:** Homeless; Life trajectories; Social rights.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social (UFPR). Artigo apresentado para avaliação final do Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (UFPR). Turma 2011. E-mail: dieimehacker@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O tema abordado é representado, em geral, como uma das formas de maior vulnerabilidade e exclusão social – expressão da questão social – exposta aos “olhos” da sociedade e, não menos, ao campo profissional do Serviço Social, também responsável tanto pela formulação quanto pela execução de políticas sociais relacionadas à população em situação de rua.

A experiência de estágio supervisionado em Serviço Social na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, Trabalho e Cidadania responsável pela política de assistência social em Guaratuba/PR, entre meados de 2009 e meados de 2010, possibilitou observar e constatar a carência de programas, projetos e ou serviços voltados às pessoas em situação de rua. A doação de passagens (benefício eventual) era o único “serviço” disponibilizado pelo poder executivo do município em convênio com as empresas de transporte para o encaminhamento de algumas dessas pessoas aos municípios de origem – o qual também pode ser interpretado como uma solução para a “limpeza” da cidade, retirando-as dos “olhos” da sociedade. Prática esta que fere o direito de ir e vir do cidadão, pois conforme consta no art. 5º, inciso XV, da Constituição Federal de 1988: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

Andando pelas ruas de Guaratuba, em particular na área central do município, encontramos pessoas em situação de rua pedindo esmolas, trabalhando como guardadores de carro, coletando materiais recicláveis, por exemplo. Algumas das quais “figuras” conhecidas na cidade que intercalam a vida entre “ser da” e “estar na” rua. Durante a noite, nas marquises de estabelecimentos comerciais, vemos alguns dormindo sozinhos ou acompanhados – de outras pessoas e ou de seus animais de estimação (os cães) e ou de seus carrinhos de coleta de material reciclável.

Diante do observado e considerando que antes de se propor qualquer forma de intervenção para o atendimento de necessidades individuais e sociais é importante primeiro conhecê-las, enveredamos nesse tema a partir de narrativas de trajetórias de vida de sete homens “moradores de rua” ou, conforme definição adotada recentemente “pessoas em situação de rua”, na cidade de Guaratuba. Moveu-nos o propósito de conhecer as experiências vividas e problematizá-las face a determinados ordenamentos, concepções e práticas constituintes das relações e

dinâmicas societárias contemporâneas, bem como suas vivências em relação a determinados direitos de cidadania. Diante deste propósito elaboramos o Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Serviço Social do Setor Litoral – UFPR (Hacker, 2011), onde utilizaremos partes deste na elaboração do presente artigo.

Os sujeitos da trama foram identificados com nomes fictícios para que suas identidades sejam preservadas, são eles: João - 48 anos; Luis - 44 anos; Eduardo - 51 anos; Pedro - 49 anos; Fernando - 52 anos; Carlos - 54 anos e Rafael - 34 anos.

Inicialmente são apresentadas caracterizações socioeconômicas relacionadas às pessoas em situação de rua na sociedade brasileira e concepções construídas para definir esse grupo social a partir de estudos publicados sobre o tema. Traremos à tona, na sequência, os processos vividos que implicaram habitar e viver na e da rua como uma “saída”, as possibilidades (estratégias construídas) e dificuldades (enfrentamentos vividos) no cotidiano em relação à alimentação, à saúde, às roupas e ao descanso do corpo (alguns cuidados de si), bem como ao trabalho.

#### **“TRAÇOS” SOCIOECONÔMICOS**

O primeiro “Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua”<sup>2</sup> no Brasil data de anos recentes, a despeito da longínqua existência dessas pessoas no cotidiano das cidades. Desenvolvido entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), resultou, porém, de demanda da sociedade civil, em particular, de movimentos sociais representativos dessa “população” com o intuito tanto de dar visibilidade social sob outros referenciais, quanto de mobilizar a atenção dos poderes públicos para a inclusão de suas pautas na agenda governamental.

A convergência de interesses entre instâncias governamentais e não-governamentais teve sua “objetivação” oficialmente no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua – realizado em Brasília, em setembro de 2005 e sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). No evento deliberou-se como ação prioritária a realização de pesquisas e estudos, os quais pudessem, além de quantificar e possibilitar a construção de caracterizações

---

<sup>2</sup> Detalhes dessa pesquisa em: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua - aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS, SAGI, SNAS, 2009.

socioeconômicas, subsidiar, ou antes, fundamentar, a elaboração e implementação de políticas sociais direcionadas às pessoas em situação de rua.

Conforme o relatório da pesquisa “Sumário Executivo”, o “público-alvo” (expressão institucional utilizada) abrangeu pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua em 71 municípios<sup>3</sup> (dentre os 5.561 existentes no País). Nesse recorte social

(...) foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua (...) vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). (BRASIL, 2008, p.6)

Consoante o Relatório, o número de pessoas em situação de rua no Brasil é, sem dúvida, mais elevado, seja porque os dados dessa pesquisa equivalem “a 0,061% da população dessas cidades” (BRASIL, 2008, p.6), seja porque se refiram a 1,28% dos municípios brasileiros – em que pese a necessidade de considerar tanto a concentração populacional quanto as particularidades regionais e locais. São, portanto, dados parciais, os quais, todavia, revelaram que:

A população em situação de rua é predominantemente masculina (82%).

Mais da metade (53%) das pessoas adultas em situação de rua entrevistadas (somente foram entrevistadas pessoas com 18 anos completos ou mais) possui entre 25 e 44 anos.

39,1% das pessoas em situação de rua se declararam pardas. Essa proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%).

Declararam-se brancos 29,5% (53,7% na população em geral) e pretos 27,9% (apenas 6,2% na população em geral). Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua.

Os níveis de renda são baixos. A maioria (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais. (BRASIL, 2008, p.6-7).

Em termos de formação escolar: 74% sabem ler e escrever; 17,1% não sabem escrever e 8,3% assinam o próprio nome. A maioria, 95%, nunca mais estudou. Dentre os 3,8% dos entrevistados que afirmaram frequentar instituições de ensino, 2,1% apontaram o ensino formal e 1,7% indicaram a formação

---

<sup>3</sup> “Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS”. (BRASIL, 2008, p.3). No estado do Paraná, a Pesquisa incluiu as cidades de Curitiba, Londrina e Maringá.

profissionalizante. No que se refere aos motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua foram apontados, por exemplo: problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%).

A pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) sobre “Perfil Socioeconômico da População de Moradores de Rua da área central da cidade de São Paulo” (2010) constatou que a população em situação de rua nessa região é, também, predominantemente do sexo masculino (86%), de pessoas não brancas (64%) e com média etária de 40 anos (50,2%). A maioria (62,8%) possui ensino fundamental incompleto; 9,5% são analfabetos; 9% concluíram o ensino médio; 2,3% tinham formação em nível superior incompleto e 1,9% superior completo.

Dessa população identificada, 27,5% nasceram na cidade de São Paulo, 12,8% em municípios do interior do estado paulista, 5,9% na Grande São Paulo – ou seja, 46,2% são paulistas – e 53,8% nascidos em outros estados brasileiros (Bahia 12,6%; Minas Gerais 8,2%; Pernambuco 7,3%; Ceará 5,2%; Paraná 4,6%; Rio de Janeiro e Alagoas 2,7% cada; e 10,5% nos demais estados). Do lugar de origem, o relatório (FIPE, 2010, p.7) informa aspectos relacionados à moradia anterior à situação de rua: “são pessoas que tiveram uma casa onde 83,7% moravam com membros da família e/ou parentes, sendo que 33% moravam com a família conjugal e 27% com a família de origem. Alguns viviam com parentes ou amigos e 16% moravam sós.” Dentre as pessoas que viviam com membros da família ou parentes, 45% das moradias eram próprias e 39% alugadas. Ainda, conforme consta, “além da moradia, 94% tinham uma ocupação e 67,6% desses trabalhadores estavam empregados com registro em carteira.” (FIPE, 2010, p.7).

Não raras vezes as pesquisas quantitativas (não exclusivamente) identificam aspectos relacionados ao consumo de drogas lícitas e ilícitas. No estudo sobre a área central da cidade de São Paulo, os dados apontaram que: 74,4% fazem uso de um tipo (37% bebida alcoólica e 9,7% drogas ilícitas) ou de ambas (27,7%) e 25,6% não utiliza. Os tipos de “substâncias consumidas” citados foram: bebida alcoólica 65%; *crack* 27,3%; maconha 21%; cocaína 11,8%. Conforme o relatório, “muitos já faziam uso de algumas dessas substâncias antes mesmo de chegar à situação de



rua, o que pode ter sido também um fator desencadeador dos problemas subsequentes” (FIPE, 2010, p.8).

As pesquisas mencionadas (nacional e municipal), em que pesem os recortes geográficos e populacionais, informam sobre aspectos da realidade social de pessoas em situação de rua os quais contribuem para esboroar (algumas pelo menos) ideias cristalizadas, que preconceituosas, estigmatizantes e discriminadoras ainda são amplamente disseminadas.

No caso específico de Guaratuba(PR) não existem estudos oficiais dessa natureza sobre a população em situação de rua, além do Trabalho de Conclusão de Curso citado acima a despeito dos alarmes na mídia local impressa e das próprias características de “balneário turístico”, que atrai no verão (temporada) tanto veranistas quanto pessoas em busca de trabalho e renda. Dentre essas, há algumas que eram e outras que se tornaram pessoas em situação de rua.

Dos sete entrevistados, quatro moravam em Guaratuba antes da situação de rua e outros três chegaram à cidade no verão. Conforme disseram: atraídos pelo “*clima agradável*” e pelas possibilidades de “*se ganhar um dinheirinho*”, pois com o fluxo de veranistas tanto as gorjetas como guardadores de carro aumentam, quanto se eleva o volume de coleta de latas de alumínio e outros materiais recicláveis. São homens com idade acima de 30 anos (seis na faixa etária 40-50 anos) e predominam as pessoas de cor branca (cinco deles), que possuem uma profissão a qual não mais exercem; entre os mais velhos o grau de escolaridade é menor, pois apenas Rafael (34 anos) possui o ensino médio completo.

#### **COMO SÃO “DEFINIDAS” AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Conforme a Política Nacional para a População em Situação de Rua instituída pelo Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, parágrafo único do Art. 1º, considera-se população em situação de rua:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A partir desse conceito o morador de rua passa a ser identificado como “pessoa em situação de rua”, cuja definição tornou-se base norteadora para a

realização de pesquisas sobre essa população (por exemplo, os censos demográficos).

A heterogeneidade dessa população é a característica que se destaca nos estudos e pesquisas sobre o tema e, de acordo com Silva (2009, p.123), “a maioria dos autores descreve as pessoas em situação de rua como pessoas de origens, interesses, vinculações sociais, e perfis socioeconômicos diversificados, por isso não constituem um único grupo ou categoria profissional. (...) são populações”. Conhecer e considerar a sua heterogeneidade não constitui empecilho a estudos que especifiquem mensurações de determinadas características sociais e cujos dados construídos sejam significativos para a elaboração de políticas sociais que atendam as especificidades dessa população.

Conforme observada na literatura especializada a pessoa em situação de rua é representada pela sociedade de várias formas. Mattos e Ferreira (2004, p.49-51) abordam algumas representações as quais, de certa forma, acabam também influenciando na formação da identidade dessas pessoas, tais como: *vagabunda* - relação com mercado de trabalho; *louca* - “discurso psiquiátrico” que as caracteriza pelos “desajustamentos sociais”, “psicopatias”, “distúrbios de personalidade” (MATTOS, 2006); *suja* - aspectos relativos à saúde e à higiene; *perigosa* e *coitadinha*.

Outra tipologia para representar os “moradores de rua” foi construída por pesquisadores que estudaram o fenômeno em Brasília, Distrito Federal. Burzstyn (apud SILVA, 2009, p.123) identificou e categorizou 12 grupos, consoante relações com trabalho e moradia:

São grupos característicos, que podem ser encontrados em outras cidades, ainda que em proporções diferenciadas. Cada uma das categorias analisadas tem traços bem particulares, diferenciando-se pela sua relação com o trabalho, estratégias de subsistência, vinculações sociais, expectativas e visões de mundo. As pesquisas realizadas junto à população de rua da cidade permitem a diferenciação de 12 grupos: catadores de lixo seco (...), trabalhadores de rua (...), albergados (...), catadores nômades (...), sem-lixo e sem-teto, mais ou menos sedentários (...), sem-lixo e sem-teto errantes (...), catadores complementares (...), andarilhos (...), pivetes (...), foras-da-lei (...), hippies (...), pedintes de natal.

O estudo de Vieira (apud TIENE, 2004), por sua vez, classifica essa população de rua a partir de três situações em relação à permanência na rua: ficar

na rua circunstancialmente, estar na rua recentemente, ser da rua permanentemente. Conforme descrito (TIENE, p. 16-17),

a) *Ficar na rua*: é uma situação circunstancial que reflete um estado de precariedade por estar desempregado/a durante um longo período; estar chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento em saúde, ou de parentes que não encontram. Nesses casos, diante da vulnerabilidade do não atendimento, e com medo de dormir na rua, as pessoas procuram passar a noite em rodoviárias, em lugares públicos de maior movimento, para não serem identificados como os/as moradores/as de rua;

b) *Estar na rua*: é uma situação dos que já não consideram a rua tão ameaçadora e passam a estabelecer relações com pessoas que vivem na rua, assumindo como estratégias de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento (guardadores de carro, descarregadores de cargas, catadores/as de papel e de latinhas). Normalmente apresentam-se como trabalhadores/as desempregados/as, alternando a rua com algum lugar de residência que mantêm mais como referência. São pessoas que apresentam maior possibilidade de sair da rua e retomar a vida com familiares;

c) *Ser de rua*: à medida que vai aumentando o tempo na rua, a pessoa vai sofrendo um processo de debilitação física e mental, pelo uso do álcool e de drogas, passa a não se alimentar e está mais exposta a sofrer e praticar violências, nesses casos, a rua passa a ser o espaço de moradia e das relações pessoais mais permanentes.

Na trajetória de vida dos entrevistados (Guaratuba), as narrativas indicaram à passagem de determinada condição de cidadania para a de “estar na rua” e “ser de rua”. Luis e Pedro (que se identificam “*trecheiros*”, pois vivem de cidade em cidade) estão “na” e são “da” rua há 32 e 37 anos respectivamente, portanto, desde a adolescência. João, Eduardo, Fernando, Carlos e Rafael vivenciam essa situação há, no mínimo, dois anos e cujo início se refere à vida adulta – considerando-se o ciclo vital cronológico etário.

Conforme afirmam estudos relacionados a esse fenômeno, resultante de uma sequência de rompimentos de vínculos familiares e sociais, que foram ocorrendo gradativamente em suas vidas e às vezes bruscamente, vê-se nascer hoje, como afirma Bursztyn (2003), uma “nova população de rua”. São excluídos socialmente e que não estão inseridos nas políticas de proteção social porque não fazem parte do mercado de trabalho formal:

[...] os novos habitantes das ruas [...] podem ser meramente *lumpem*, que sobrevivem de esmolas, da caridade pública ou de pequenos furtos, mas podem também desempenhar atividades econômicas úteis. Entretanto ainda que possuam a mesma característica de versatilidade dos *biscateiros* [...] os moradores das ruas têm uma característica peculiar: a de não serem assimilados pelo mundo oficial, não lhes sendo, portanto, franqueada a entrada nas residências dos *incluídos*. Seu mundo restringe-se às ruas e seu trabalho só se dá nas ruas. Por esta razão, talvez, suas atividades

“produtivas” muitas vezes se resumem à obtenção do estritamente necessário à subsistência imediata: a comida. (BURSZTYN, p. 39-43).

Em tempos remotos, em sociedades ditas ocidentais, as igrejas e a comunidade local exerciam o papel de cuidar dos que viviam nas ruas depois que os vínculos com a família estivessem rompidos, garantindo que estes não rompessem o vínculo com a comunidade. Sendo assim, quando conhecidos, podiam ser recomendados e realizar trabalhos para os “incluídos”, conquistando a confiança para entrar em suas residências. Cabia também à comunidade assegurar que o morador de rua não se desligasse dela, evitando que este gerasse algum incômodo em outras localidades e prejudicasse a imagem da comunidade de origem. (CASTEL, 1998; BURSZTYN, 2003).

Todavia, atualmente, na sociedade brasileira e consoante o disposto na Constituição Federal é dever do Estado assegurar os direitos do cidadão e sua emancipação compete à família, à sociedade e ao Estado. Mas ainda são limitadas e segmentadas as ações estatais e governamentais voltadas à diversidade dos “adultos” e em “idade produtiva”, particularmente aqueles em situações de vulnerabilidade social e não inseridos no mercado de trabalho formal, assim mais desprotegidos em termos de seguridade social – caso e condição de pessoas em situação de rua tanto em Guaratuba como nos demais municípios brasileiros.

#### **QUANDO A RUA SE TORNA “A” SAÍDA**

À trajetória de vida dessa população comumente se agrega a indagação acerca dos fatores ou, mais precisamente, das razões “objetivas e verdadeiras” as quais os ou se tornaram “moradores de rua”. No caso específico da “Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua” (BRASIL, 2008, p.7)

[...] os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se refere aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

Antes, porém, outras análises apontavam neste mesmo sentido. Ferreira (2006) elencou quatro grandes grupos de fatores – que englobam os motivos supracitados e remetem à explicação dos porquês de indivíduos ou famílias em situação de rua – quais sejam: Violência, Drogas, Desemprego e Problemas de

Saúde. Entretanto, ponderava que, não raramente, “esses fatores podem ser encontrados isoladamente, ou de forma combinada, por determinados períodos de tempo, ou permanentemente.” (FERREIRA, 2006, p.4). Tais fatores, sozinhos ou combinados, não são os únicos, porém têm se configurado os principais ou mais comumente apontados.

As trajetórias de vida narradas nas entrevistas (pessoalmente realizadas) corroboram a congruência de múltiplas motivações individuais e condicionantes sociais. Conforme os depoimentos: *“a bebida ajudou”* (João); *“por causa das drogas também”* (Luis); *“a bebida foi a verdadeira desgraça da minha vida”* (Eduardo); *“minha mãe cansou de arrancar sangue do meu nariz na porrada”* (Pedro); *“porque depois que começou as coisas a piorar para mim eu entrei no vício da droga”* (Fernando); *“desnorteou porque a mulher foi embora e me largou com duas crianças”* (Carlos); *“só não bebia tanto assim (...); ela [esposa] bagunçou demais a minha cabeça”* (Rafael). Assim, os motivos observados nos relatos, os quais não são os únicos, estão associados ao consumo de bebidas alcoólicas (João, Eduardo e Rafael), ao uso de drogas (Luis e Fernando), a violência doméstica praticada pelos pais (Pedro) e ao rompimento brusco de vínculos conjugais afetivos (Carlos).

Qualquer motivo identificado pode ser decorrente de uma sequência de outros fatores, pois, de acordo com a reflexão de Ferreira (2006, p.5),

Em muitos casos, os problemas estão combinados, sendo difícil definir claramente uma relação direta de causalidade entre os vários aspectos que, em última análise, acabam por determinar a ida dos indivíduos para as ruas. Neste sentido não se deve perder a visão de processo que pode ser percebida na própria história de vida de cada uma destas pessoas.

Ao mesmo tempo, conhecer suas histórias e trajetórias de vida implica considerar, concordando com Frangella (2009, p.32), que “são histórias contadas, em geral, em uma cronologia irregular, costurando fatos que parecem trazer a essas pessoas uma inteligibilidade para seu deslocamento. Ouvir essas histórias se torna praticamente uma condição inicial para estabelecer um diálogo com esse segmento”. Além disso, destaca-se que essas narrativas “anunciam um processo inicial de uma experiência particular que é, simultaneamente, social, individual e corporal: a do se tornar um morador de rua” (Frangella, 2009, p.32). A grande diversidade desse grupo de pessoas é fator que dificulta sua definição consoante mensurações exclusivamente quantitativas, por este motivo a história ou trajetória de

vida de cada indivíduo requer seja conhecida, analisada e também considerada uma ferramenta para se pensar políticas públicas que atendam as necessidades dessa população.

Segundo alguns autores, o processo de “ida para a rua” no Brasil aparece relacionado ao da industrialização, cuja expropriação dos meios de produção levou trabalhadores (negros e brancos livres) e proprietários (produtores) rurais às cidades (urbanas), contribuindo à formação de um “exército industrial de reserva” – de “desqualificados” para o mercado de trabalho e que buscaram as ruas para sobreviver. (SILVA, 2009; BURSZTYN, 2003). Entretanto o desemprego não aparece como “o” motivo principal para a situação de rua entre os entrevistados. A maioria tinha profissão e a sucessão de rompimentos em suas trajetórias fez com que alguns perdessem o emprego e buscassem a rua como alternativa de sobrevivência, uma forma de “*ser livre*”, conforme relatos, sem cobranças e sem as regras que a sociedade capitalista impõe ao trabalhador formal.

Quando perguntados sobre suas vidas antes de se tornarem “moradores de rua”, em geral, remeteram às relações familiares e ou de trabalho, donde se destaca rompimentos ocorridos na vida adulta e quando casados – período do ciclo vital etário que, de acordo com determinada tradição “masculina” ocidental, se intensificam as cobranças de “chefe provedor da família” através do trabalho remunerado.

Nas entrevistas realizadas, em certa medida, há um “acontecimento” que é enfatizado e que relacionam como o motivo pelo qual estão nessa situação, por vezes ocultando ou deixando de relacionar a sucessão de acontecimentos anteriores que contribuíram e condicionaram esses rompimentos – é como se “naquele dia” sua vida familiar e social se desfizesse num repente e por um motivo. Todavia, suas falas também revelam a “teia” de relações quando manifestam seus sentimentos: de revolta – João ao falar da traição da primeira esposa e a desilusão do segundo relacionamento; de desapontamento e desapego familiar – Luis quando aponta a ausência de união familiar como motivo pelo qual não sente falta desta forma de convivência; de sofrimento – expresso por Pedro ao narrar várias situações de violência doméstica praticadas pelos pais; de mágoa – Fernando ao se referir ao relacionamento familiar quando a vida econômica começou a desmoronar e passou a utilizar drogas e se sentir “*jogado em um latão de lixo*”.

As narrativas trazem à tona questões referentes à família, ao trabalho, a problemas como o alcoolismo e a drogadição, às decepções amorosas e a vida em sociedade. São histórias de vida que apresentam uma “sequência” de rupturas até a chegada à situação de rua. Em geral, como visto, de acordo com Escorel (apud FRANGELLA, 2009, p.33) as trajetórias são narradas como uma “história de perdas”, a qual “cronologicamente se estrutura de uma forma similar, partindo de um acontecimento marcante para acabar na subtração de vínculos anteriores, sejam eles econômicos, familiares, afetivos, religiosos, entre outros”. Porém, ao mesmo tempo, suscitam trajetórias de “pertencimentos” resultantes da vivência no “mundo da rua”.

#### **VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA: TRAJETÓRIAS ENTRE PERCURSOS DE POSSIBILIDADES**

No diálogo com os moradores de rua conhecemos como se relacionam com e no mundo da rua, as estratégias criadas e desenvolvidas, as sociabilidades e interações construídas nesse cotidiano, bem como as necessidades de acordo com a realidade vivida pelas pessoas em situação de rua no município de Guaratuba.

Os relatos apontam como dificuldades enfrentadas: a fome, o frio, a chuva, mas também o medo, a violência, o preconceito. Luis ressalta, por exemplo, sua estratégia em relação ao frio: no período de inverno não permanece em cidades de clima frio (como Curitiba) e o uso de bebida alcoólica, que serve para “*esquentar o corpo*” e também “*enganar a fome*”. Proteger-se de violências requer alguns cuidados, dentre os quais nunca dormir sozinhos, assim, enquanto um dorme, o outro fica acordado zelando pela segurança.

As trajetórias de vida nas ruas vão sendo “moldadas” nos mundos da rua. Traremos à tona alguns aspectos destacados pelos moradores de rua – interlocutores desse estudo. Via de regra, os entrevistados catam materiais recicláveis como forma preponderante para garantir a existência – ou sobrevivência, conforme expressão usualmente adotada para se referir à vida dessas pessoas. Observa-se, em geral, que pelo trabalho (ao seu tempo) satisfazem (algumas) necessidades cotidianas.

#### **PARA SACIAR A FOME**

Necessidade saciada comumente com o “suor do trabalho” (a “catação” de materiais recicláveis) e a paga (ou troca) dos produtos coletados. No entanto, outros fatores implicam os percursos possíveis para além deste.

Fernando não pede comida porque sente vergonha de sua situação e, também, devido às demonstrações de preconceito sofridas. Pedir comida constitui, para alguns, ato vergonhoso e o uso de bebida alcoólica serve para encorajá-los: “*pedir de cara limpa, não dá*”. Conforme dissera, por ser um “*homem forte fisicamente*” (ou seja, “viril e apto ao trabalho”) considera que dificilmente as pessoas lhe serão solidárias e, assim, se “*vira como pode*”. Aliás, neste aspecto chama a atenção os “mecanismos de viração”<sup>4</sup> – formas de se movimentar e agir de pessoas em situação de rua que revelam os “esforços para viver”. A análise de Frangella (2009, p.33) elucida que:

Os mecanismos de sobrevivência são apreendidos gradualmente, adaptando-se às teias de solidariedade e de conflito, aos recursos institucionais, vencendo o trauma de passar a noite ao relento, enfim, acostumando-se com as regras desse universo. Nesta circulação, os mecanismos de “viração” passam a ser, sucessivamente, uma forma de sobrevivência e de construção de uma outra territorialidade: consequentemente, de uma nova localização geográfica e identitária na cidade.

Concomitante se observa pessoas em situação de rua que não expressam tais obstáculos devido aos vínculos comunitários. João que vive na rua há décadas, por exemplo, não vê dificuldades para se alimentar porque, segundo relatou, mora a mais de trinta anos em Guaratuba, conhece vários moradores da cidade e, assim, sempre obtém alimento, do contrário, pede e sem constrangimentos. Os pertencimentos comunitários e seus efeitos distintos são reafirmados por outro morador de rua entrevistado, Luis, que narrou suas dificuldades “*de ganhar comida*”, porque não é conhecido na cidade como alguns dos amigos em situação de rua identificados como “*nativos*”. Relação que remete a Castel (1998) quando aborda a “proteção próxima” no continente europeu medieval, cujas práticas de assistência, em algumas regiões e períodos, aos denominados “indigentes” ou “mendigos” (entre outras designações) tiveram como um critério o “pertencimento comunitário”.

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada por Gregori (2000) para indicar “a manipulação performática que fazem meninos de rua aos buscarem recursos” (apud FRANGELLA, 2009, p.33). Viração é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mas, usualmente, refere-se às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc. (FRANGELLA, 2009).



A alimentação constitui, para alguns, uma espécie de “rotina” sem rotina no cotidiano vivido, ao contrário da bebida alcoólica<sup>5</sup> – a qual, como dito antes, também serve para “*enganar a fome*”. Consoante a heterogeneidade que caracteriza essa “população”, alimentar-se configura preocupação constante para Fernando, assim como o medo de adoecer e não ter como se cuidar – as quais remetem, segundo formas e contextos de sociabilidade, a permanência de valores de outrora no cuidado de si, mas também sua (re)construção dadas as condicionalidades da vida e do viver no “mundo da rua”.

Do ponto de vista dos direitos constitucionais de cidadania, a República Federativa brasileira estabeleceu, desde 1988, a alimentação como direito social, assegurado também na Lei n. 11.346 (15 de setembro de 2006), a qual prevê em relação à segurança alimentar e nutricional, “a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social”. Todavia, quando da construção deste estudo, inexistiam ações governamentais sistemáticas nessa área e, tampouco, dirigidas a essa população no município de Guaratuba.

A questão do acesso à alimentação, em que pesem as estratégias (“viração”) adotadas pelas pessoas entrevistadas, chama à reflexão determinados discursos e práticas sociais, os quais representam as pessoas em situação de rua como “coitadinhas”. Sentido recorrente em “discursos religiosos” que creditam às pessoas a situação vivida como uma paga pelos “pecados” cometidos, cuja condição é vista como forma de “regeneração da alma” e, portanto, pessoas “dignas de piedade”. Ao considerar tais reflexões e diante das ações individuais e coletivas, pertinentes são aspectos da análise de Castel (1998) sobre as práticas relativas ao que denomina “gestão da pobreza”, ainda que se refiram a outro contexto e temporalidade. Conforme este autor, desde a antiguidade os ditos “mendigos”, “inválidos” (entre outras designações) foram alvos da caridade judaico-cristã e, por longo tempo, serviram aos ricos para a prática de suas virtudes e obtenção da salvação, pois, conforme determinado pensamento: “Deus poderia ter feito ricos todos os homens, mas quis que houvesse pobres para que os ricos pudessem, assim, redimir-se de seus pecados.” (CASTEL, 1998, p.64).

---

<sup>5</sup> Houve situações em que o consumo de “*pinga*” (cachaça) constituiu o processo de entrevista enquanto os alimentos permaneceram guardados nas sacolas.

Essa “cultura da dádiva” continua sendo praticada. Várias pessoas e instituições se organizam visando arrecadar doações (roupas e alimentos) e distribuí-las entre, inclusive, “moradores de rua”. Entretanto, de acordo com Magni (2006, p.51), “nossa herança ideológica ensinou que a dádiva é algo que se precisa *merecer*”, ou seja, há critérios de diferenciação “entre o pobre ‘merecedor’ e o pobre ‘vagabundo’, como não poderia deixar de ser, é o trabalho, que a história social ocidental elegeu como base moral da ordem e do progresso da sociedade”.

Sob outra nuance é inegável que os relatos evidenciam a solidariedade construída na sociabilidade para saciar a fome. De acordo com os depoimentos e observações, em geral, dividem com companheiros de rua os alimentos que conseguem obter (doados por outrem ou pagos com trabalho) nos percursos do dia-a-dia, delineando-se também expressões de pertencimento.

#### **PARA CUIDAR DA HIGIENE PESSOAL**

As roupas, não raro, são descartáveis. Usam até quando eles próprios não aguentam o mau cheiro, seja por não ter onde lavá-las e guardá-las, seja porque podem cotejar obtê-las através de doações. Todavia, particularidades foram mostradas e observadas. Fernando guarda as roupas que usa para “*ir à igreja*”, manifestando forma de “cuidado de si” e preservação de determinada “identidade”, haja vista que as comprou antes de viver em situação de rua.

Com relação à higiene pessoal, apesar das dificuldades de acesso a banheiros públicos no município de Guaratuba (quase inexistentes), os entrevistados fazem conforme necessidades e possibilidades a higiene pessoal como, por exemplo, tomar banho e fazer a barba. Utilizam-se, por vezes, de duchas ou torneiras externas das casas de veranistas (não habitadas a maior parte do ano) quando estão vazias e, no verão, também banhos de mar.

A manutenção e a ruptura de determinados hábitos foram observadas. Para Fernando, banho no final do dia é necessário para tirar o cansaço e o suor do corpo – em que pesem as condições, não “abre mão” de alguns hábitos adquiridos antes de sua trajetória na rua. Preservar seu corpo, tomar um banho e fazer a barba mostram-se como condição para preservar aspectos de sua identidade no atual contexto e relações vivenciados. Para João e Pedro, que vivem há décadas em situação de rua, a aparência física e a higiene pessoal não são preocupação ou algo relevante em suas vidas – inclusive no momento da entrevista, diferentemente de

outros moradores de rua, estavam barbudos, com as roupas sujas e rasgadas, e, no caso de João, o corpo e as “vestimentas sujas” e “cheirando mal”.

A relação com o corpo (“cuidado de si”) analisada por Mattos e Ferreira (2004, p.50) problematiza a representação da “pessoa em situação de rua como suja”, donde se depreende que

Sempre que nos referimos a essas pessoas, é comum automaticamente ocorrer a associação com a difundida figura de um indivíduo sujo, maltrapilho e aparência sórdida. Neste caso, estamos utilizando o “discurso higienista” que rotula e propaga o estigma do morador de rua sempre associado à sujeira que deve ser jogada para “debaixo do tapete”, entretanto, o que nos deixa perplexos, e deve ser ressaltado, é que a grande maioria dos indivíduos que habitam as ruas não compartilha destes atributos.

De outro lado, trazer à tona a noção do corpo como base de identidade política e social, segundo Frangella (2009), constitui aspecto importante às análises. As pessoas em situação de rua apresentam em seus corpos, suas imagens, marcas do seu processo de formação as quais se contrapõem ao ideal dos “corpos saudáveis e bonitos” amplamente divulgados nos mais variados meios de comunicação. Por expressar o contrário do que a sociedade idealiza, por se encontrarem fétidos, sujos e com suas vestimentas rasgadas e geralmente bêbados, são vítimas constantes de demonstrações de preconceitos.

Os lojistas da área central de Guaratuba são contrários a permanência dessas pessoas na marquise em frente às suas lojas, alegando que incomodam os clientes e reivindicando “soluções” à administração pública municipal. Alguns tumultos, por vezes, acontecem também devido ao estado de embriaguês de algumas dessas pessoas, as quais permanecem comumente na praça central da cidade, acabam por agir contra a população transeunte com xingamentos quando ocorre a negativa de pedidos de esmolas. Nessa “trama”, os moradores de rua relatam diversas situações de discriminação, enquanto, em alguns casos, comerciantes, funcionários de estabelecimentos e consumidores dizem que são ameaçadas por pessoas em situação de rua, que cuidam dos carros – “flanelinhas”, quando não recebem pelo trabalho.

A presença de pessoas moradoras de rua incomoda também porque estão e são visíveis aos olhos de todos e podem “estragar a imagem da cidade”. A “solução” recorrente tem sido “empurrá-los para debaixo do tapete”, “tirá-los” das “vistas” da

sociedade, dar um banho e devolvê-los para suas cidades de origem, ou seja, “limpar a cidade”, como ainda acontece em diversos municípios brasileiros.

#### PARA REPOUSAR O CORPO...

Ter um local seguro para dormir é uma preocupação entre os entrevistados, que procuram dormir em grupos por motivos de segurança, como citado anteriormente. Embora Guaratuba seja uma cidade relativamente “tranquila”, já ocorreram assassinatos de pessoas em situação de rua na cidade, o que transforma o ato de dormir em uma sessão de angústia e medo. Observamos que eles determinam o local onde irão dormir de acordo com a rotina diária dentro de seus territórios, errantes, pois conforme Rafael: *“a gente dorme por aí, nas calçadas, (...) quando num acordam a gente com vassourada ou porrada mesmo!”*

João e Luis dividem a calçada da peixaria, onde dormem com mais três pessoas que se encontram na mesma situação. Após acordarem, ajudam os pescadores a puxar suas canoas e escolher os camarões; em troca, recebem pequenas quantidades de camarão e peixes e os vendem aos moradores locais. Com o dinheiro recebido pela venda desses produtos, eles geralmente vão ao “mercadinho” onde compram alimentos e bebidas. O território percorrido por João inclui os arredores de onde morava e, neste local, encontra pessoas conhecidas que lhe dão alimentos e algum repouso.

O território demarcado por Fernando se divide entre o bairro Figueira (onde seus filhos vivem com a mãe), a Avenida Atlântica, algumas ruas do centro da cidade (onde realiza coleta materiais recicláveis) e a casa abandonada onde mora (“pernoita”). Diferente das demais pessoas entrevistadas, ele prefere andar e ficar só, porque, como disse, *“os outros vem me oferecer bebida e eu não bebo, então não serve pra andar junto”*, todavia, permite que outro senhor passe as noites “sob seu teto”.

Rafael *“dorme por aí, nas calçadas”*, remetendo à ideia de “viração” no sentido de “dar um jeito”, facilitado, segundo afirmou, devido ao fato de “morar e viver na rua” em Guaratuba há 12 anos e ter construído um círculo de amizade grande – conhece alguns comerciantes que o ajudam e, como disse, acompanhou o crescimento deles financeiramente. O território percorrido por ele varia bastante. O avistamos andando e revirando lixeiras por várias ruas de bairros da cidade e também dormindo em varandas de casas de veranistas.

Pedro, que vive no trecho, revela que os territórios ocupados dependem dos laços de amizade com os companheiros de rua. Durante o período da pesquisa observamos sua presença em vários locais da cidade – em pouco mais de um mês percorreu o trajeto que passa pela praia do Morro do Cristo, o bairro Vila Esperança e o centro da cidade. Seu “instinto de sobrevivência” leva-o a locais onde se sinta bem para viver como “trecheiro”.

As narrativas de João, Pedro, Luis, Fernando e Carlos mostram outra prática cotidiana, qual seja: não se misturar com pessoas em situação de rua que são usuárias de drogas ilícitas, porque, como disseram, é mais perigoso devido ao fato de estes se constituírem “alvos” mais frequentes de ações da polícia. Definir um território e escolher as pessoas com quem conviver faz parte das estratégias diárias de pessoas em situação de rua.

Concordando com Escorel (2003, p.147) pode-se, em síntese, afirmar que

Os grupos estabelecem um cotidiano onde são compartilhadas estratégias de sobrevivência fisiológica e rendimentos (o produto da esmola, alimentos, informações sobre locais propícios ao pedido, repouso, obtenção de documentos e assistência em geral), por sua vez, condicionadas ao tipo de espaço urbano ocupado.

Nas situações estudadas, em relação aos espaços para dormir, são condicionados tanto pelos “tipos” de pessoas em situação de rua que os ocupam, quanto pelos agentes públicos responsáveis pelo policiamento e vigilância da “ordem pública”. Além disso, em Guaratuba, pessoas em situação de rua que trabalham como guardadores de carro, flanelinhas e os denominados “pedintes” concentram-se na Praça Central, ao passo que, aqueles que trabalham na coleta de materiais recicláveis e ou na realização de pequenos “bicos” tendem a “circular” pelos bairros periféricos considerados mais rentáveis às suas formas de trabalho.

O espaço público, sua ocupação e utilização pelas pessoas em situação de rua, a quem Magni (2006) denomina “nômade urbano”,

[...] apresenta-se assim, como um local de sociabilidade e espaço ecológico onde esta população que não tem moradia fixa nem estabilidade profissional pode prover a sua subsistência. Mais do que meramente um local de passagem, como é para os habitantes sedentários, a rua é para os nômades urbanos um elemento vital e inevitável de existir; a mobilidade que ela proporciona, representa a própria condição de sobrevivência. (MAGNI, 2006, p.38).

## ENFIM, PARA SE SUSTENTAR

Ferro (2011) ao apresentar dados da pesquisa realizada em São Paulo (setembro de 2010) pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em conjunto com técnicos do Projeto da Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua e de organizações sociais, sobre trabalho e geração de renda para a população em situação de rua mostra que

[...] quem está na rua são trabalhadores, onde 96% dos entrevistados trabalhavam de forma regular antes de ir para as ruas e 90% continuam trabalhando na rua, principalmente com a catação de material reciclável (35%), carga e descarga (16%), serviços de manutenção/reforma/construção (9%) e lava e guarda de carros (8%). Apenas 5% declararam obter dinheiro pedindo nas ruas.

Esses dados desmistificam alguns estigmas sociais, dentre os quais a ideia naturalizada no senso comum de que a população em situação de rua é composta por pessoas “pedintes”, isto é, aqueles que pedem esmola para sobreviver. Sobre esse aspecto, Mattos (2006, p.49) problematiza a “tipificação” de *“pessoa em situação de rua como vagabunda”*, remetendo a racionalidade dominante de que “o trabalho formal e o registro em carteira servem como legitimadores da identidade de trabalhador”. Essa forma da sociedade reconhecer o trabalho e atribuir identidade aos trabalhadores acaba excluindo ainda mais o conjunto da população que trabalha informalmente, entre as quais aquelas em situação de rua, mas que não se insere nesse espectro das relações formais e, não raro, são considerados improdutivos, ou seja, “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998).

A relação com o trabalho ou a falta dele é uma questão central no debate da sociedade excludente. Se não se enquadra nos requisitos exigidos, como a escolaridade e a qualificação profissional, para determinados postos de trabalho, se não possui emprego formal e permanece sem trabalho por determinado tempo, as pessoas estão sujeitas não apenas a situações de insegurança e instabilidade, mas a preconceitos. Este é ainda maior para aqueles que vivem nas ruas e desenvolvem trabalhos informais e intermitentes, e, nestes casos, está ligada a esse tipo de exclusão, embora não se possa afirmar que seja o único motivo pelo qual uma pessoa se encontre em situação de rua.

Sobre a exclusão social, Tosta (2003, p.226-227) analisa-a como um processo e não estado:

Assim, o excluído é um indivíduo que passa por uma condição de precarização, mas não há como dizer que seja um excluído absoluto, pois de alguma forma, mesmo por meio de muito esforço, será possível encontrar algum tipo de inserção social, a não ser que se chegue ao extremo da eliminação física destas pessoas (ou seja, um eremita, completamente isolado). Isso reforça a concepção da exclusão social como um processo de rupturas e não como fato constituído. Também é importante lembrar que, sendo um processo ao qual se pode chegar, essas pessoas também podem sair dele, embora este segundo movimento se configure de forma mais difícil.

O trabalho tem sido a forma que a sociedade geralmente oferece para que essas pessoas superem o processo de exclusão. Todavia, face à complexidade envolvida e trazida à tona no estudo em tela, caberia às instituições que direcionam suas ações à população em situação de rua, pautadas no desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda, indagar-se quanto a esta alternativa constituir para a diversidade dessas pessoas a única ou a melhor opção para suas vidas, uma vez que terão que se (re)adaptar a determinada dinâmica social marcada por regras e horários, sem o uso de bebidas alcoólicas ou drogas. Além disso, quando há convergência entre esses interesses institucionais e os pessoais, parece-nos pertinente tanto a continuidade de ações de apoio, após a sua inserção no mercado de trabalho formal se for o caso, quanto considerar que o trabalho formal não se constitua a melhor opção para determinada reinserção social dessas pessoas. Devemos ter em mente que todo e qualquer trabalho desenvolvido para essa população requer que sejam levadas em conta as diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009).

Quando perguntados sobre como obtinham os meios para fazer frente às suas necessidades diárias, os relatos dos entrevistados mostram, entre outros aspectos, o trabalho em suas múltiplas formas. Estes desenvolvem trabalhos como pedreiro, eletricista, pintor, encanador, jardineiro, catadores de recicláveis, trabalho na lavoura, ajudante de pescadores. Alguns ainda mantêm como identidade a atividade desenvolvida antes da situação de rua como é o caso de Eduardo, que foi garçom por 30 anos e afirma: *“Era não! sou garçom! e hoje eu uso a herança que a profissão me deixou: a inteligência!”*.

De imediato percebemos a correlação com as informações da pesquisa anteriormente citada, quando demonstrado que a maioria dessas pessoas tinha uma profissão e trabalhava, formal ou informalmente, antes da “situação de rua”. Conforme o exposto, todos os entrevistados desenvolvem alguma atividade, cuja

paga se realiza de diversas formas: produtos que depois são comercializados, alimentos e ou abrigo, e dinheiro, embora os ganhos não ultrapassem os R\$20,00 (vinte reais) por dia no período de inverno.

As possibilidades de trabalho criadas para “ganhar o pão de cada dia”, de acordo com os depoimentos, são diversas. Em alguns casos, ancoradas nas experiências de trabalho de outrora; noutras, adquiridas a partir da vivência na situação de rua; por vezes, o encadeamento de ambas. Luis, por exemplo, revelou mais uma estratégia dessa população para a garantia do suprimento das suas necessidades básicas: nunca fala que é “morador de rua” para as pessoas a quem pede um serviço e que na firma onde trabalhava era fornecido uniforme, então não tinha como as suas roupas denunciarem sua situação.

Ao mesmo tempo constatamos a questão do desemprego, embora não exclusivamente, como fator atribuído a sua permanência na situação de rua – caso de Fernando, pois, segundo disse, mesmo possuindo vários cursos como chapeiro, copeiro, faxineiro, seus certificados de nada lhe servem diante da discriminação em relação às pessoas que vivem na rua. Findada a entrevista, desabafa dizendo: *“não é que eu não quero trabalhar, mas nessa situação ninguém me dá emprego!”*.

A necessidade da pessoa em situação de rua reafirmar que tem uma profissão, mesmo que não a exerça, lhes confere uma identidade, manifestando resistência à condição de inutilidade ou de negativa em relação à discriminação e preconceitos a que estão sujeitos (COSTA, 2005). Essa reafirmação e resistência manifestam-se nos relatos dos entrevistados, conforme mostrado anteriormente.

A vida na rua não lhes permite o “acúmulo de riquezas materiais”, amplamente disseminado pela racionalidade constitutiva das sociedades sob a ótica capitalista. O trabalho, que é realizado hoje, serve para suprir suas necessidades do dia (comprar uma refeição, uma garrafa de cachaça, por exemplo). O cotidiano vivido revela-se cadenciado e marcado pelo hoje e agora, e, segundo Costa (2005, p.9-10), “sem a menor condição de planejamento a médio, ou a longo prazo como acontece no caso dos trabalhadores formais”.

As análises de Mattos (2006) chamam a atenção ao repúdio em relação a essa racionalidade capitalista e ao trabalho assalariado, porque implicam exploração econômica, competição e escravidão. Considera que tais posicionamentos, não exclusivos de moradores de rua, provocam uma “certa revolução” nessas formas de



trabalho. De acordo com suas reflexões, geralmente ao sair da situação de rua, essa pessoa reformula a forma como vivia antes dessa situação, buscando outras alternativas de vida e de trabalho que preservem a liberdade, com portas mais abertas à sociabilidade, que lhe ofereçam segurança quanto à sobrevivência no seu dia a dia: “trabalhar sim, mas com tempo para realizar outras atividades, viajar, festejar, descansar” (MATTOS, 2006, p.221).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conhecemos múltiplas características da população em situação de rua na interlocução dos depoimentos de moradores de rua no município de Guaratuba com estudos realizados por outros autores. A análise de suas trajetórias de vida trouxe a realidade da rua à tona, de forma que acreditamos que alguns estigmas impostos pela sociedade possam ser desconstruídos também com a apresentação deste trabalho.

Os principais fatores que causaram a ida à rua não foram as drogas, o alcoolismo, a violência doméstica ou os rompimentos afetivos, mas os processos que originaram esses fatores, que, por consequência, geraram outros e outros. Afinal, viver é um processo, alguns seguem sem percalços, outros se perdem pelo caminho, porque não conseguem “andar sozinhos” e, nesses casos, são necessárias ações governamentais com profissionais qualificados, pautados sob a ótica de direitos de cidadania e não da caridade, favor, benemerência.

Há situações que requer o fortalecimento das relações familiares e sociais através de ações do Estado e da sociedade, tendo em vista inclusive a “universalidade” de acesso às políticas públicas e a construção de formas preventivas – não apenas paliativa ou curativa – para que as pessoas possam “evitar” processos de vulnerabilização acompanhados na sociedade contemporânea. No município de Guaratuba essas pessoas em situação de rua estão “jogadas à própria sorte” sem garantias socioassistenciais mínimas. Faltam profissionais capacitados para a atuação com essa parcela da população, assim como a forma de olhar e intervir da administração pública local nessa questão – de modo que não continue a tratar essas pessoas como “lixo”, que varremos da frente e pronto!

Os moradores de rua, todavia, constroem e engendram múltiplas estratégias para suprir suas necessidades diárias, para viver na e da rua, como vimos.

O trabalho como forma de satisfazer algumas necessidades é realizado ao seu modo e tempo, ou seja, moldam as formas e dinâmicas de trabalho na informalidade, no sentido de fugir e ou romper com o processo rotineiro do trabalho formal, horários, cobranças, estresses – buscam, em certa medida ou em alguns casos, autonomia e emancipação. Como pessoas são construídas na relação com as outras e isso implica resistências. As pessoas em situação de rua passaram, não raramente, por vários processos de rompimentos em suas vidas e de mudanças até chegar à vida nas ruas. Suas características, portanto, nunca serão homogêneas e tampouco haverá um motivo único para se chegar à situação de rua.

As trajetórias evidenciam que a vida nos espaços da rua pode não resultar tão somente em processo de exclusão e sim de inclusão e de ajuda mútua aos que dela retiram seu sustento, construindo laços afetivos e formas de sociabilidade. No entanto é preciso que a sociedade os veja (moradores de rua) como seres humanos que têm o direito a uma vida digna, mesmo que esta vida seja num lar sem portas e janelas, onde todos podem entrar para “jogar conversa fora”.

Almeja-se, porém, que “a sociedade excludente” re-construa alguns pensamentos, modos de agir e de enxergar o outro. Que a violência e a discriminação sejam transformadas em segurança e respeito às diferenças e ao diferente. Diferente por que se nega a ser igual; igual aos que sobrevivem do trabalho formal – que não vivem, porque escravos do trabalho, apenas trabalham e não são valorizados; não são livres porque trocaram a liberdade pela segurança.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* - 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 20/09/2012.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08/08/2011.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, *Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Brasília, DF, 2009.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso em: 23/10/2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua - aprendendo a contar*: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, SAGI, SNAS, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/rua-aprendendo-a-contar-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso: 05/03/2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo*: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, SAGI; Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. 2008. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario\\_executivo\\_pop\\_rua.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf). Acesso: 05/03/2011.

BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua*: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

COSTA, Ana Paula Motta. "População em situação de rua: contextualização e caracterização". *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, n.4, ano IV, dez. 2005.

SCOREL, Sarah. "Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro". In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua*: nômades, excluídos e viradores. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, p.139-171, 2003.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. "População em Situação de Rua: Conceitos e Mensuração". In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2, 2006. Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília, IBGE, 2006, p.1-15.

FERRO, Maria Carolina T. *Pesquisa em São Paulo revela perfil e expectativas da população em situação de rua sobre trabalho*. Disponível em: <http://www.falarua.org/index.php?display=j>. Acesso em: 30/01/2011.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (São Paulo). *Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo*. São Paulo: FIPE, 2010. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/3\\_1275334714.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/3_1275334714.pdf). Acesso: 05/03/2011.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

HACKER, Diaime Elizandra. *Trajetórias de Vida de Pessoas em Situação de Rua no Município de Guaratuba-PR*. 2011. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. [Orientadora Prof. Dr<sup>a</sup> Edilane Bertelli].

MAGNI, Cláudia Turra. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2006.

\_\_\_\_\_. “O uso da fotografia na pesquisa sobre habitantes da rua”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p.141-149, jul./set. 1995.

MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade de São Marcos, São Paulo, 2006.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. “Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua”. *Psicologia & Sociedade*, v.16, n.2, p.47-58, maio/ago. 2004.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

TIENE, Izalene. *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. “Memória das ruas, memórias da exclusão”. In BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, p.226-227, 2003.